

RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS: DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03

Anne Caroline Silva Aires
Universidade Estadual da Paraíba
annec153@yahoo.com.br

Teresa Cristina Silva
Universidade Estadual da Paraíba
cristinasilvacg@hotmail.com

RESUMO

O artigo vislumbra uma pesquisa sobre a implementação da Lei 10693/03 na prática escola de rede particular, Escola Crispim Almeida localizada no município de Campina Grande- PB. Utilizamos uma metodologia qualitativa, tendo como instrumentos: a entrevista e a análise de documentos referente à lei. O objetivo da mesma é conhecer as práticas pedagógicas das escolas privadas de Campina Grande – PB enfatizando analisar quais os problemas encontrados no âmbito escolar no que tange à aplicabilidade da lei 10693/03. Conclui-se que o preconceito racial é um problema que ocorre frequentemente na escola em que fomenta a exclusão social, ocasionando divergências no âmbito educacional, o que torna importante que os profissionais da Educação tenham conhecimento e discutam são Lei 10.639/2003, pois através da pesquisa percebemos que alguns dos professores não discutem sobre o assunto pela falta de conhecimentos e porque dizem que não têm materiais didáticos como livros infantis para trabalhar essa temática.

Palavras-chave: Preconceito. Implementação da Lei 10.639/2003. Relações Étnico-Raciais.

Introdução

A sociedade brasileira é caracterizada por uma diversidade étnico racial bastante miscigenada. Nota-se que a diversidade é apenas constituída por inúmeras diferenças raciais. Diferenças essa, que causam conflitos e indiferença. E dentro do espaço escola não é diferente, pois o mesmo apresenta uma diversidade étnica que gera constantemente conflitos raciais.

Durante muitos séculos, e atualmente, a visão que se tem do negro é estereotipada e repleta de preconceito e discriminação. Ainda assim, desvaloriza-se a cultura africana, como se a mesma não tivesse importância para sociedade. Após

muitos debates e movimentos sociais pela igualdade de direitos de pessoas étnicas foi implementada a lei 10.639/03 que obriga o ensino de História e da Cultura Afro brasileira no currículo das escolas privadas e públicas.

Partindo desse pressuposto, resolvemos investigar como essa prática ocorre na Escola Crispim Almeida rede privada de ensino localizada na cidade de Campina Grande - PB. O objetivo desta pesquisa foi investigar acerca das práticas discriminatórias e preconceituosas no contexto da sala de aula e verificar se a escola e os professores tem algum conhecimento sobre a implementação da lei 10.639/03 no currículo escolar.

A realização de tal estudo, apresenta a formação dos professores a partir da implementação da lei 10.639/03, o despreparo de alguns docentes nas questões étnicos raciais e o papel da escola na desconstrução do preconceito e da discriminação. Pois apesar da obrigatoriedade da lei, percebe-se que muitas vezes a escola desconhece a sua existência e quando há conhecimento sobre a mesma é encontrado resistência e descaso para inseri-la no cotidiano escolar.

Metodologia

Para a concretização dos objetivos propostos, optamos em adotar o procedimento realizado através de revisão bibliográfica e pesquisa de campo, no qual se obteve uma abordagem qualitativa, a partir da realização de entrevistas direcionada a professores observamos informações acerca da temática pesquisada.

A pesquisa de campo foi realizada na Escola Crispim Almeida, cuja escola é de pequeno porte, em que se contextualiza esse trabalho faz parte da rede privada de ensino e localiza-se no bairro de Santa Rosa na cidade de Campina Grande, com aproximadamente 150 alunos na Educação Infantil e Fundamental I e 100 no fundamental II e em média 40 funcionários, sendo a entrevista realizada com 9 professores e 3 auxiliares do infantil e fundamental I.

É notório através da entrevista, que dentro da escola constantemente, ocorrem casos de discriminação, onde na maioria das vezes, os educadores tentam camuflar a prática do preconceito dizendo que na sala tem atitudes de preconceito,

mas não sabe agir e não fazem nada pelo educando que sofreu este preconceito, enfocando que esta é uma prática que acaba deixando o aluno sem auto-estima, pois o professor deveria conversar com os alunos e mostrar que fenotipicamente eles são sim diferentes, mas que o seu colega atingido preconceituosamente, tem uma História, uma identidade deixada por seus descendentes que o engrandecem enquanto seres humanos que somos.

Através da pesquisa observamos que Gestores e educadores ainda alguns permanecem atados à visão política e social monocultural e eurocêntrica, em que não tem conhecimento a Lei 10.639/03 e não fazem uso de livros didáticos com a temática ético-racial.

Resultados

A partir dos dados levantados, pudemos perceber que no espaço escolar e principalmente dentro da sala de aula ocorrem casos de preconceito e discriminação pelo qual na maioria das vezes os professores ignoram tal situação ou não realizam nenhuma intervenção. Ainda assim, a falta de despreparo em relação a atitude racistas em sala de aula decorrem muitas vezes devido ausência da teoria *versus* prática, pois ambas contribuem para o cumprimento e a efetivação da lei 10.639/03.

O cumprimento da lei 10.639/03 no espaço da sala de aula possibilita aos educandos a construção de sua identidade e subjetividade e contribui para a desconstrução de estereótipos e preconceitos racistas. Portanto, é de suma importância que professores tanto da rede pública como privada tenham conhecimento do que se trata a lei 10.639/03 e cumpram sua obrigatoriedade e não isente seu alunado acerca da história e da cultura afro-brasileira.

Discussão

A Lei federal 10693/03 abriu caminhos para implantação de uma educação anti-racista. Essa lei foi criada para atender a uma antiga reivindicação dos movimentos negros e anti-racistas. Esses grupos sempre lutaram contra a ocultação da história africana nos currículos escolares do ensino fundamental e médio, público

e particular. A medida reconhece que não há como falar da formação da sociedade brasileira sem destacar o continente africano como matriz da identidade nacional.

Se fosse efetivamente aplicada, a lei em questão também poderia contribuir para a luta contra o desrespeito às religiões afro-brasileiras. Historicamente, elas nunca foram compreendidas como manifestações legítimas da comunidade negra. Isso acaba se refletindo no ambiente escolar.

A escola é um espaço pelo qual ocorrem muitos casos de racismo, de preconceitos e discriminação. E muitas vezes o professor não consegue minimizar o problema por falta de experiência, de qualificação e, até mesmo, por incapacidade em lidar com a diversidade. Segundo Munanga (2008), a falta de preparo apresentado pelos professores ocorre devido ao reflexo do nosso mito de democracia racial que comprometeo processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã.

Muitas vezes, por falta de preparo ou por preconceitos introjetados, alguns professores não sabem intervir nas situações flagrantes de discriminação racial na escola. A escola em seu dia a dia apresenta momentos pedagógicos privilegiados que poderiam ser utilizados para discutir á diversidade étnico racial e conscientizando seus alunos sobre sua importância e riqueza da cultura afro-brasileira. A educação é capaz de oferecer aos sujeitos que nela se inserem possibilidades de questionamentos acerca das temáticas étnicos raciais e de desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade introjetados entre grupos humanos.

Conclusão

Através da pesquisa de campo, podemos concluir que no espaço da sala de aula ocorrem cenas de preconceito e discriminação que muitas vezes são percebidos como invisíveis, pois por falta de preparo, interesse e preconceitos introjetados muitos professores não sabem lidar com situações racistas no espaço da sala de aula.

Reconhecer que a lei 10.639/03 é um marco nos direitos humanos de pessoas étnicas é um avanço significativo, pois ao introduzi-la no espaço escolar o

professor estará contribuindo para a construção de identidade racial de seus educandos e desconstruindo os preconceitos existentes na sala e de aula.

Portanto, não existem receitas prontas para se combater o preconceito e a discriminação. Mas cabe ao professor utilizar-se de situações apresentáveis na sala de aula para discutir questões acerca das temáticas racistas com a perspectiva de conscientizar seu alunado sobre a importância e a riqueza que a cultura afro-brasileira traz para a nossa história e nossa identidade.

Referências

BRASIL, Lei nº10639 de 9 de janeiro de 2003.Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** MEC/SECAD. 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** 3ed. Belo Horizonte: Autentica, 2008.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola.** Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 15-20.

SILVA, Janete de Carvalho da; PINTO, Heldina Pereira. **As práticas do professor perante as questões raciais no cotidiano escolar.** Disponível em: [http://www.uneb.br/xique-xique/dcht/files/2012/08/As Pr%C3%A1ticas do Professor-Janete_Carvalho.pdf](http://www.uneb.br/xique-xique/dcht/files/2012/08/As_Pr%C3%A1ticas_do_Professor-Janete_Carvalho.pdf)Acesso em: 07/08/2014.

SILVA, Kilma Maria Buonafina ; FALCÃO, Andréa da Câmara Lima; MOURA, Dayse C. de. **Educação das relações étnico-raciais: os desafios para a implementação da lei 10.639/03 na rede municipal de ensino.** Disponível em: http://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2008.1/educacao%20das%20relaes%20tnico-raciais%20os%20desafios%20para%20a%20implementao%20da%20lei%2010.pdfAcesso em: 07/08/2014.